

JORNAL CFFC

Informativo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

Ano V - número 36 - Outubro de 2015

Recursos Públicos

Comissão realiza Seminário Nacional de Fiscalização Pública e Controle



A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle reuniu representantes do Legislativo, Executivo e Judiciário, além de especialistas na área de licitação para debater as mudanças na Lei de Licitações e no Regime Diferenciado de Contratação. Atualmente, existem mais de 130 Projetos de Lei na Câmara dos Deputados, propondo mudanças nas Leis.

Página 4

Vicente Cândido discute parcerias entre Brasil e China

Página 2

Grupo de Trabalho criado pela CFFC debate efeitos da Lava Jato

Página 6

Saiba quem são os ganhadores do Prêmio Transparência e Fiscalização

Página 7

CFFC faz visita técnica ao estaleiro BrasFels, em Angra dos Reis - RJ

Página 8

Na China, presidente da CFFC discute investimentos no Brasil



Em recente viagem à China para tratar de parcerias com o Brasil, o deputado Vicente Cândido PT-SP, presidente da CFFC, visitou dois bancos que estão entre os maiores do mundo. O deputado foi recebido pelo presidente do Banco Industrial e Comercial da China (o ICBC, na sigla em inglês), Victor ZhaoGuical, na sede da instituição em Pequim. Ainda em Pequim, o deputado e o vice-presidente do Banco do Brasil, César Borges, se reuniram com o vice-presidente do CCB Trust, Huang Jianfeng.

O deputado Vicente Cândido aproveitou para presentear Zhao Guical e Huang Jianfeng com camisas autografadas da Seleção Brasileira de futebol. O presidente do banco ICBC recebeu também uma camisa do Corinthians - o banco chinês é parceiro da Caixa Econômica Federal no patrocínio ao clube paulista.

A agenda do deputado na capital chinesa incluiu ainda reunião com o presidente da maior empresa de agricultura da China, Wu Xiangfen, e visita, acompanhado do vice-presidente do BB, à sede da Ceiec - empresa do ramo da engenharia -, onde foram recebidos por seu vice-presidente, Zhou Xin.

Parceria no futebol - O deputado, que também é diretor de Assuntos Internacionais da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), esteve com o vice-presidente da Associação Chinesa de Futebol, Mr. LinXiaohua, e diretores da entidade para discutir a internacionalização da marca da CBF e a divulgação do futebol brasileiro.

Vicente Cândido visitou ainda a sede do maior site de busca do país, o Baidu. O deputado propôs uma parceria que inclui a divulgação do futebol brasileiro e

dos produtos a ele associados na China e em outros países da Ásia. Em contrapartida, a proposta é trabalhar a introdução do Baidu no Brasil por meio do futebol. "A ideia é colar a imagem de um no outro", explica Vicente Cândido.

A viagem do deputado à China faz parte de seus esforços para concretizar parceria com a China na área do futebol. Recentemente, Vicente Cândido entregou uma Carta de Intenções da CBF ao embaixador da China no Brasil, Mr. Li Jinzhang, na qual a instituição afirma que um de seus objetivos é a construção de uma relação de cooperação entre os dois países.

Além da China, a Rússia também recebeu uma Carta de Intenções com o mesmo teor. Vicente Cândido disse que, inclusive, há convite do país para uma visita e que já iniciou conversas com o Irã e com a Holanda.

Vicente Cândido é um dos mais influentes do Congresso

O deputado Vicente Cândido está entre os parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, em 2015. É o que mostra a pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), divulgada no início de setembro.

O Diap considera "Cabeças" os parlamentares que se diferenciam pelo exercício da capacidade de "conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações".



Audiência pública debate situação das carreiras da AGU

A situação funcional das carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União (AGU) foi tema de audiência pública conjunta realizada pelas Comissões de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) e de Finanças e Tributação (CFT). O deputado Toninho Wandscheer representou a CFFC à mesa.

Durante o encontro, que reuniu representantes das carreiras que compõem a AGU, o procurador-geral federal, Renato Vieira, defendeu que medidas de valorização da AGU no Congresso

Nacional são fundamentais para que a instituição tenha condições de continuar cumprindo, com excelência, sua função constitucional de defender e assessorar juridicamente a União.

Reconhecimento - Deputados de vários partidos declararam apoio à aprovação das PECs 82 e 443. O deputado Vicente Cândido, presidente da CFFC, se reuniu várias vezes com a Bancada do PT e de outros partidos, representantes dos trabalhadores e do governo com o objetivo de construir, conjuntamente, uma propos-

ta alternativa para o governo viabilizar as demandas.

A Câmara já aprovou em primeiro turno a vinculação de salário da Advocacia-Geral da União (AGU), da carreira de delegado da Polícia Federal, das carreiras de delegado de Polícia Civil dos estados e do Distrito Federal e dos procuradores municipais a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A matéria precisa ser votada ainda em segundo turno.



Telecomunicações e seus regimes tributários

A CFFC reuniu especialistas em telecomunicações em uma audiência pública para abordar os regimes tributários praticados pelas empresas de telecomunicações no Brasil.

Os deputados Luiz Cláudio e Lindomar Garçon são os autores

do requerimento para a realização da audiência pública. Eles solicitaram a prestação de esclarecimentos sobre base de cálculos, incentivos e isenções concedidos, os recolhimentos efetivados pelas empresas e sua distribuição, bem como as competências tributárias

federal, estadual e municipal.

Participaram também da reunião: André Gomes, do Ministério das Comunicações; Leonardo Euler de Moraes, da ANATEL; Eduardo Levy, do SINDITELEBRASIL; e Marcelo Ramos de Mello, do CONFAZ.



Comissão realiza Seminário Nacional de Fiscalização Pública e Controle

Debatedores defendem reformulação na Lei de Licitações e no RDC

As mudanças na Lei de Licitações e no Regime Diferenciado de Contratação (RDC) vêm sendo pauta de amplas discussões e estudos. Atualmente, existem mais de 130 Projetos de Lei que tramitam pela Câmara dos Deputados, propondo a reformulação da Lei de Licitações e o RDC.

No último dia 27 de agosto, a CFFC reuniu representantes do Legislativo, Executivo e Judiciário, além de especialistas na área de licitação para tratar do tema. Segundo o deputado federal Valternir Pereira (PROS-MT), que presidiu a mesa interinamente (o presidente titular, deputado Vicente Cândido, estava na China a serviço do Brasil), “o seminário é apenas o início de uma longa e árdua tarefa em busca do aprimoramento de nossa legislação sobre licitações”.

A realização do evento foi resultado da aprovação do requerimento nº 85/2015, de autoria do deputado Espiridião Amin, aprovado na CFFC. A abertura do seminário contou com a presença do

ministro da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams.

Riscos, desafios e potencialidades do RDC



A falta de agilidade, eficiência e transparência nos processos licitatórios foram os principais problemas apontados pelos palestrantes do primeiro painel, presidido pelo deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), sobre os “Riscos, desafios e potencialidades do RDC”. De forma unânime, consideraram que as leis precisam de modernização. Participaram dessa mesa: Jorge

Jacoby, jurista especializado em Direito Administrativo; Romiro Ribeiro, consultor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; e Lucas Furtado, subprocurador-geral do Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Romiro Ribeiro lembrou que o RDC, implementado em 2011, não assegurou ganhos significativos de prazos na contratação. Ele destacou que a elevada dispersão entre as propostas de preço revela alto grau de incertezas, elevando os riscos, e que os dados indicam riscos não transferidos ao setor privado, mas precificados e incorporados às propostas. Ribeiro disse ainda que a falta de identificação e quantificação dos riscos inviabiliza ou dificulta o desenvolvimento do mercado de seguros para os contratos.

Para o jurista Jorge Jacoby, a população também deve ter um canal de avaliação dos serviços públicos. Ele sugere que as urnas eletrônicas sejam usadas para



este fim, de modo que todos os brasileiros possam dar notas, e assim, avaliar aos serviços prestados pelos governos.

Lucas Furtado, do MP, enfatizou que as leis precisam ser atualizadas “o mais rápido possível e de forma estruturada”.

Contratação e execução de obras no âmbito do RDC

O presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Jorge Tadeu da Silva, que participou do painel a respeito da “Experiência com a contratação e execução de obras no âmbito do RDC”, destacou as limitações do RDC e a importância de bons projetos executivos como elementos essenciais para o sucesso dos empreendimentos, com economia, segurança e qualidade. “Países à nossa frente

fazem do planejamento uma rotina. Sem isso, vamos continuar ouvindo falar da má qualidade das obras, do superfaturamento. O RDC garante agilidade ao processo licitatório, mas garante a técnica?”, questionou. Silva apontou a necessidade de atualizar a Lei 8666/93, inclusive em relação aos valores por ela estabelecidos.

Conduzido pelo deputado federal Léo de Brito, o painel teve ainda a participação do secretário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Renato Rosemberg; e do analista de infraestrutura do Departamento de Aceleração do Crescimento (Dnit), Rafael Gerard. Ambos apresentaram dados sobre a aplicação do RDC na administração pública federal.

Os desafios de aperfeiçoamento da Lei 8666/93

Presidido pelo deputado Toninho Wandscheer (PT-PR), o painel sobre “Os desafios de aperfeiçoamento da Lei 8666/93”, contou com as participações do subprocurador-geral do Estado de São Paulo, Adalberto Roberto Alves; do consultor da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Tarcísio Gomes de Freitas; e de Wesley da Rocha, da Confederação Nacional dos Municípios. Os debatedores ressaltaram a importância da discussão do tema.

Para subprocurador Adalberto Roberto Alves, “como cidadãos, todos nós somos interessados em que o Estado contrate melhor, por um preço menor e que, principalmente, receba aquilo que adquiriu”, afirmou.



Operação Lava Jato: alternativas ao desemprego

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) instaurou um Grupo de Trabalho (GT), em formato de Fórum Permanente, para construir conjuntamente alternativas aos impactos e efeitos da Operação Lava Jato na atividade econômica e no índice de emprego no Brasil.

O GT já realizou várias reuniões, inclusive com os ministros Armando Monteiro (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Eduardo Braga (Minas e Energia) para relatar todas as ações desenvolvidas, desde março, pela

CFFC que tratam do tema, como audiências públicas, visitas técnicas e mesas-redondas.

O Fórum expôs problemas como o corte de créditos para as empresas de instituições como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES, além dos caminhos para que esses financiamentos sejam retomados para a continuação dos trabalhos e garantia de emprego.

Aprimorar a Lei Anticorrupção – A CFFC aprovou requerimento de autoria do deputado federal Vicente Cândido que transforma

um anteprojeto que propõe modificações na Lei de Combate à Corrupção em Projeto de Lei da CFFC, o primeiro da Comissão.

Segundo os principais pontos da proposta, o acordo de leniência poderá ser feito por mais de uma empresa – da forma como está na Lei atual, apenas a primeira empresa a se pronunciar pode fazer o acordo. Outra alteração diz respeito à dosimetria para a penalidade, que vai desde um simples reparo ao Erário à uma intervenção na empresa, ou até a exigência da troca de controle acionário da companhia, que depois poderá ser devolvida aos proprietários assim que as denúncias forem resolvidas.

Tramitando na CCJ – Projeto de autoria do deputado Mendes Thame (PSDB-SP) também propõe mudanças na Lei. A proposta tramita na Comissão de Constituição e Justiça sob a relatoria do deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), que é vice-presidente da CFFC.



Tecnologia

Aroldo Cedraz propõe parceria em reunião na CFFC

O Tribunal de Contas da União está cada vez mais informatizado. Foi o que revelou o ministro Aroldo Cedraz em visita à CFFC, no dia 1º de outubro. Recebido pelo presidente da Comissão, deputado Vicente Cândido, Cedraz apresentou as iniciativas de inovação tecnológica adotadas pelo órgão e destacou a necessidade de uma força-tarefa para que o Brasil avance na digitalização de processos e, assim, alcance ainda mais transparência.

“O Brasil só tem a ganhar com estas ações, a CFFC está à disposição para auxiliar no que for necessário para que elas possam crescer ainda mais”, ressaltou Vicente Cândido.

De acordo com o ministro, o TCU está tomando a frente das ações de inovação tecnológica e oferecendo subsídios para que os estados e municípios estejam cada vez mais capacitados. “Para se ter ideia, criamos o primeiro laboratório do mundo na área de con-



trole externo”, revelou Cedraz. Além desta iniciativa, que obteve reconhecimento internacional, o órgão também criou uma biblioteca digital e oferece cursos de auditoria coordenados pelo TCU.

Novas tecnologias - Aroldo Cedraz ressaltou que estar alinhado com as novas tecnologias deixa o TCU ainda mais próximo da população. “Fizemos o que antes parecia impossível para os dados de controle; hoje todos os dados estão abertos”, destacou. Atualmente, o órgão conta com um site e um aplicativo para smartphone no qual é possível acompanhar sessões – por áudio e vídeo – dos órgãos colegiados ao Tribunal de Contas da União.

Planalto retomará negociações para indenizar desalojados de Sobradinho



Após mais de 30 anos de espera, 230 famílias que foram desalojadas com a construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia, ganharam uma nova esperança de enfim serem indenizados. Em audiência pública realizada pela CFFC, no dia 10 de setembro, Secretária Geral da Presidência da República comprometeu-se a dar uma resposta sobre quais alternativas de acordo extrajudicial po-

derão ser negociadas.

O deputado federal Jorge Solla (PT-BA), autor do requerimento de convocação da audiência, destacou a importância da vontade política para acabar com o “jogo de empurra” que vem se alongando nos últimos anos sobre a responsabilidade de negociar a dívida.

“Se do ponto de vista jurídico o réu é a Chesf, empresa de econo-

mia mista, quem indica a direção da Chesf é o governo federal: é seu acionista majoritário, escolhe seus dirigentes. A capacidade de mediação e decisão é muito forte por parte da Presidência da República”, cobrou Solla.

O presidente da Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho (AMOPOABS), José Gomes de Souza, destacou que a Chesf, responsável pela construção da barragem de Sobradinho, se nega a firmar um acordo, mesmo com propostas de parcelamento e redução de juros.

“Eles dizem que só vão pagar quando sair decisão judicial, que a gente aguarda há mais de 30 anos e não tem perspectiva de quando vai sair. Eles acham mais fácil não pagar ninguém e esperar que todos morram. Estão quase lá, 60% já morreram”, lamenta.

Prêmio

Prêmio Transparência e Fiscalização Pública

Os membros da CFFC elegeram, no último dia 30 de setembro, os patronos e ganhadores do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública – Edição 2015.

O ex-governador Mário Covas, indicado pelo presidente da CFFC, Vicente Cândido (PT-SP), será o patrono na categoria Governamental e o ex-vice-presidente José Alencar, indicado pelo deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), será o patrono na categoria Sociedade Civil.

A auditora-fiscal Maria Lúcia Fattorelli, indicada pelo líder do PSOL, Chico Alencar (RJ), será agraciada com o prêmio na categoria Sociedade Civil. A auditora foi membro da Receita Federal e “fez um gigantesco trabalho na CPI da Dívida Pública”, segundo o

deputado Chico Alencar. Já o prêmio na categoria Governamental será conferido à Controladoria Geral da União (CGU). A indicação foi do presidente da Comissão de Esporte, deputado Márcio Marinho (PRB-BA).

A versão do prêmio categoria



Governamental é oferecida à melhor experiência de transparência e de fiscalização realizada por órgão, entidade, programa ou agente da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios. A categoria Sociedade Civil premia a melhor ação de fiscalização da administração pública realizada por pessoa, entidade ou conjunto de entidades da sociedade civil.

Os concorrentes são indicados por líderes e presidentes de Comissões Permanentes da Câmara. Mas, por meio de requerimento aprovado no último dia 30 de setembro, a partir do ano que vem todos os 513 deputados poderão fazer indicações.

Crise do setor naval: CFFC faz visita técnica ao Estaleiro BrasFels, em Angra dos Reis



O deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) esteve em Angra dos Reis (RJ) para visita técnica ao estaleiro BrasFels, no último dia 18 de setembro. Valtenir Pereira integrou uma comitiva de deputados e representantes de trabalhadores para mais esta ação do Fórum Permanente, criada pela CFFC para debater os efeitos da "Operação Lava Jato" na economia e no índice de emprego do Brasil. A delegação foi recebida pelo presidente da BrasFels, K. C. Kwok.

Apesar de não estar envolvida nas irregularidades apontadas pela Lava Jato, a BrasFels teve que demitir mil funcionários devido à falta de pagamento por par-

te da empresa Sete Brasil, gestora na área do setor petrolífero.

O deputado Valtenir Pereira, autor do requerimento nº 132/2015, que propôs a realização de visita e da mesa redonda, fez uma breve exposição sobre as circunstâncias que levaram à criação do Fórum Permanente e sobre os esforços que estão sendo tomados para buscar soluções aos problemas advindos dos desdobramentos da Operação Lava Jato. Segundo Valtenir Pereira, o objetivo da visita foi "prestar solidariedade e ajudar a articular soluções práticas e rápidas junto aos atores envolvidos na questão, para que a empresa se mantenha em pleno funcionamento e garanta, com isso, a manutenção dos postos de trabalho ali ocupados".

Além do deputado Valtenir Pereira, integraram a comitiva os deputados Fernando Jordão (PMDB-RJ) e Luiz Sérgio (PT-RJ) – ex-prefeitos do município –, deputados da região, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra, Manoel Vieira Sales e a vice-presidente, Cristiane Marcolino; o vice-presidente da Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomercio/RJ) e presidente da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), Essiomar Gomes; Joacir Pedro, diretor da Federação Única dos Petroleiros (Fup); Luciano Reis Infesta, da Cabogás Equipamentos Onshore-Offshore; o presidente da Câmara Municipal de Angra, os vereadores Marco Aurélio Vargas e Eduardo Godinho.

Informativo da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Expediente

Presidente: Deputado Vicente Cândido (PT-SP)
1º Vice-Presidente: Valtenir Pereira (PROS-MT)
2º Vice-Presidente: João Arruda (PMDB-PR)
3º Vice-Presidente: Wellington Roberto (PR-PB)

Secretário-Executivo: Luiz Paulo Pieri
Jornalista responsável: Silene Santos (Mtb 25.624)
Projeto gráfico e diagramação: Gabriel Vieira
Revisão: Mariana Blessa

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala A, sala 161/163 - **Telefone:** (61) 3216-6672
E-mail: cffc.decom@camara.leg.br/ dep.vicentecandido@camara.leg.br